

Avaliar, corrigir rumos e mudar o Brasil

1. Nós acreditamos no PT para superar a crise e construir uma nova sociedade!

O nosso partido é o principal e o mais forte instrumento de luta no Brasil para uma sociedade superior, sem explorados e sem exploradores.

Queremos reafirmar isso nesse momento de intenso ataque de setores conservadores poderosos, que tentam destruir a nós e todo o campo da esquerda democrática e popular. Sabemos da importância de não sermos tragados pelo senso comum, massificado pelos meios de comunicação, e fazemos uma análise objetiva, tranquila, séria e correta para corrigirmos rumos, reavivar nossa tradição combativa e democrática, refazermos nosso projeto de país, de modelo de Estado, Economia e Sociedade.

- *O PT é o nosso projeto, com ele alcançamos um novo patamar de luta por justiça social e por transformações da sociedade no Brasil e no mundo, e agora é o momento de revermos e atualizarmos nossas táticas.*

O processo de consolidação do golpe no Brasil se aprofundou com a deposição da presidenta Dilma Roussef, com a caçada midiático-judicial-policial contra o PT e contra LULA e com os resultados das eleições municipais em outubro de 2016. O impeachment foi resultado de um processo planejado e sistemático de desestabilização política e econômica por parte dos setores articuladores do golpe, a grande mídia, o capital financeiro, a FIESP e segmentos amplos do grande capital nacional. Todavia não podemos esquecer que trata-se de um golpe orientado de fora, resultado de uma política agressiva dos Estados Unidos em realinhar as economias da América Latina ao Neoliberalismo e destruir o bloco dos BRICS, que reúne Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, bem como a articulação dos emergentes em torno do G-20.

Entretanto, isso não nos exige de fazermos uma reflexão sobre quais foram os acertos e erros de nossa estratégia e nossa tática, nosso programa, nossa participação nas eleições e nos governos. Apenas um debate sincero e solidário que compreenda que os erros cometidos foram de vários setores dentro do PT e não apenas de um grupo ou tendência, poderá nos reorientar para o momento de profundos ataques às conquistas sociais da Constituição de 1988 e de nossos governos.

Inicialmente, queremos diferenciar nossa análise da narrativa moralista e *udenista* da direita: o erro do PT e do governo foi a política econômica implantada principalmente a partir do segundo governo Dilma.

Nosso erro foi não termos mobilizado a sociedade para pressionar o Congresso pelas reformas democráticas e populares necessárias, - agrária, das comunicações, a tributária, a urbana, a política e a administrativa,- especialmente quando tínhamos maior popularidade e poder político. Erro foi não aprofundarmos uma política econômica que mantivesse os investimentos do Estado durante a crise, combatesse a sistêmica sonegação de impostos por grandes setores, taxasse as grandes fortunas e o lucro das empresas e combatesse a crise internacional com mais investimentos públicos, mais distribuição de renda, mais criação de empregos. Temos

que registrar que mesmo antes da crise de 2014 e 2015 no Brasil, nosso governo manteve uma política econômica que privilegiava superávits primários altos, juros altos, os mais elevados em termos reais no mundo e uma valorização da moeda, elementos que acabavam por privilegiar o setor rentista e desindustrializar o país.

Entretanto, não fazemos coro com o discurso da direita e propagado pela mídia de que o PT inventou ou aprofundou a corrupção no Brasil. Erros foram cometidos, mas nosso governo foi o único que permitiu a organização da PF e o pleno poder ao Ministério Público, embora hoje estejamos vivendo uma anomia institucional com o STF subordinado a juízes de primeira instância, Congresso se queixando da invasão do Legislativo e um completo aparelhamento da polícia federal e do Ministério Público por agentes que não se preocupam com o cumprimento da Lei, apenas em acumular mais poder e prestígio social e midiático. O que poderia ser, pelo menos, amenizado com uma reforma administrativa democrática do Estado brasileiro, inclusive da forma de ingresso, capacitação e progressão na carreira em setores-chave como o judiciário, MP e polícias.

É fundamental para o futuro do PT que o 6º Congresso enfrente adequadamente o tema “corrupção”, pois a luta política que mais provocou desgastes ao PT foi a pecha de corrupto que nos foi imposta pelos nossos adversários. Os erros cometidos pelo Partido neste tema foram, sobretudo, pela assunção dos métodos e meios de financiamento das suas ações e das suas eleições pelo segmento empresarial. O PT não se tornou um Partido corrupto ou corrompido, mas se curvou ao financiamento empresarial de suas estruturas e de suas campanhas.

2. A Superação da crise

A superação dessa situação de golpe de direita para uma alternativa democrática e popular depende da superação da política de alianças com setores com interesses tão antagônicos como os bancos e especuladores e a transformação da economia em produtora de commodities de baixo valor. Depende também da percepção dos interesses internacionais (geopolíticos, econômicos, militares e energéticos), que criaram uma rede de espionagem e desestabilização política e econômica em todos os países da América Latina (AL). A AL vivia um momento com vários governos com orientação de centro-esquerda ou progressistas e todos sofreram estratégias de desestabilização e golpe institucional. Os interesses internacionais têm também sua expressão através de representantes nacionais, mormente o grande capital financeiro, grande parcela do capital industrial e parcelas majoritárias do agronegócio, que anseiam intensificar sua relação de sócios menores do capital imperialista numa fase de neoliberalismo selvagem, privatização e “estrangeirização” da economia.

O processo de inclusão social nos dois primeiros governos Lula e no primeiro governo Dilma foi exitoso em muitos pontos: a valorização real do salário mínimo em 76% foi a maior da história, o que puxou o rendimento dos mais pobres da ativa e dos aposentados; a criação de mais de 20 milhões de empregos formais nos 12 anos de governo petista; a ascensão de 40 milhões de pessoas de situação de extrema pobreza para as chamadas “classes D e C”; a expansão das universidades federais (18 novas nos governos do PT); o programa Minha Casa Minha Vida, que já construiu moradias para mais de 3 milhões de famílias; os programas de redistribuição de renda vinculada à obrigatoriedade dos filhos frequentarem a escola e estarem com vacina em dia, que atende 42 milhões de pessoas no Brasil. Todas essas marcas levaram o

Brasil a sair do Mapa da Fome da ONU, e a ser o país que mais reduziu a pobreza extrema na última década.

Mas a superação da crise a ser proposta pelo PT demanda um novo modelo de Estado, Sociedade e Economia a ser proposta pelo PT construída através do diálogo constante com a base, os movimentos sociais e sindicais e demais setores da sociedade. Acabou um ciclo e precisamos abrir outro, confluindo uma radicalização do projeto de inclusão com soberania e desenvolvimento ao lado de uma luta social que deverá ser radicalizada para enfrentar o que os ultra-neoliberais estão implantando rapidamente. A saída está no movimento social, no fortalecimento e diálogo constantes com as bases, na oxigenação do partido, em ter uma direção mais atuante, presente e capaz de implementar mudanças, em reverter a burocratização das instâncias partidárias e dos movimentos sociais, que se acomodaram nesses anos e descuidaram da luta social, da disputa de hegemonia e da formação política.

3. Reformas estruturais

Por outro lado, não levamos a cabo reformas necessárias para a continuidade desse processo de inclusão social e para a diminuição das desigualdades. Desperdiçamos o momento de maior popularidade de Lula e Dilma para fazer essas reformas, que sempre enfrentariam resistências fortes, e desde 2014 não foi mais possível continuar mudando o Brasil sem fazer essas reformas, que significariam diminuir privilégios e reorientar o Estado Brasileiro para atender a maioria da população, e não mais prioritariamente ao 1% mais rico.

A reforma política, que seria talvez a mais importante para viabilizar as demais, necessitaria de um empenho muito maior do nosso governo para mobilizar as forças sociais progressistas e pressionar o Congresso a fazer uma reforma que realmente ampliasse e consolidasse a nossa democracia. Sem essa pressão de fora para dentro e o executivo deixando a cargo apenas do legislativo essa tarefa, resultou em uma mini-reforma conservadora liderada por Eduardo Cunha que só não foi pior pela decisão do STF em declarar inconstitucional o financiamento empresarial de campanha.

A reforma tributária é prioritária para garantir a progressividade da taxaçoão da renda, servirá para criar no país um sistema progressivo de taxaçoão similar ao que vários países capitalistas desenvolveram, mas que aqui enfrentamos uma resistência secular da “casa grande” que se nega a ceder mínimas condições de vida para a “senzala”. No Brasil, quem ganha pouco paga proporcionalmente muito imposto, quem é classe média paga na fonte um percentual muito alto, mas as altas rendas e patrimônio não são taxados progressivamente, e os lucros das empresas não sofrem nenhuma taxaçoão (essa foi invençoão de FHC em lei de 1995 que nosso governo não derrubou). A regulamentação do imposto sobre grandes fortunas, o aumento com progressividade das alíquotas do imposto sobre herança e do imposto de renda de pessoa física, o fim da isençoão de IPVA para iates e helicópteros são exemplos de medidas de curto prazo que aumentariam a arrecadaçoão e auxiliariam na retomada do crescimento econômico com justiça tributária e distribuição de renda. A volta de uma nova CPMF, com alíquota baixíssima (0,1%) e isençoão para os mais pobres, além de elevar os recursos para a saúde pública, tem valor estratégico para evitar a sonegaçoão, lavagem de dinheiro e outros crimes correlatos. Do ponto de vista da despesa, o mais problema é o alto comprometimento do orçamento da União com a dívida pública, que consome 45% do total de recursos. Nesse sentido, precisamos diminuir drasticamente esse percentual com uma auditória pública da dívida para identificar pagamentos

feitos em duplicidade, pagamentos indevidos e fraudes, ao lado de uma diminuição forte e perene dos juros da SELIC para patamares compatíveis com a maioria dos países emergentes. A auditoria da dívida pública é permitida pela Constituição e deveria ser feita urgentemente, pois há uma grande probabilidade de que parte expressiva da mesma já tenha sido paga, e uma renegociação em termos reais com os credores torna-se imperativa, além da diminuição dos juros da taxa Selic dessa dívida.

Ao lado da reforma tributária, que viabiliza a função precípua do Estado de redistribuição e promoção de políticas públicas e recuperação da capacidade de investimento público, é necessária uma reforma das leis sobre os meios de comunicação, que amarga uma concentração de 80% dos meios de comunicação do Brasil nas mãos de apenas 7 famílias. Essa reforma, junto com a política, são as reformas que permitiriam avançar nas outras reformas progressistas, evitando o viés conservador das contra-reformas em curso. O poder da mídia não é apenas de definir agendas prioritárias para ela e os setores econômicos que representa, mas de bloquear diversas agendas de interesse público. Nesse sentido, está claro o papel da mídia como fomentadora do golpe e de interdição do debate sobre alternativas progressistas à crise econômica e política vividas desde o final de 2014.

A reforma agrária e a reforma urbana ainda precisam ser construídas e consolidadas, o processo de desapropriação de terras está aquém do esperado e do necessário; o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida foram uma marca na História nacional, mas devem ser ampliados. Em momentos de recessão torna-se mais importante ainda o aumento dos gastos públicos para reativar a economia, especialmente o investimento em construção civil e obras de infraestrutura.

Todas essas medidas só seriam viáveis com o aprofundamento do modelo de inclusão que iniciamos, com o ataque a privilégios e uma reorientação do Estado, o que significa contrariar interesses. Para tanto, seria necessária também uma reforma administrativa democrática e popular que voltasse o Estado brasileiro para o atendimento das demandas dos que mais precisam dele e não o atendimento de interesses privados patrimonialistas, fisiológicos e/ou clientelistas. A revisão dos processos de seleção, ingresso, capacitação e progressão nas carreiras seria fundamental para diminuir a probabilidade de aparelhamento de setores estratégicos, como o judiciário, o MP e as polícias, por parte de grupos conservadores da elite nacional.

A fase da conciliação na política brasileira não é mais possível, pode até ser o desejo de alguns, mas simplesmente a Economia como se desenvolve não permite essa conciliação. O quadro que se apresenta nesse momento de golpe infelizmente não é no sentido das reformas progressistas apresentadas acima, mas da retirada de direitos conquistados nos 13 anos do governo do PT e aqueles inscritos na Constituição de 1988. O período que ora se inicia é de repressão social, recessão, destruição da Seguridade Social (Saúde, Previdência e Assistência Social, da Educação, da Cultura), e da Consolidação das Leis Trabalhistas, o que demandará muita resistência e reorganização do movimento popular e sindical.

4. O golpe que veio do Norte

Conforme destaca Boaventura de Sousa Santos (2016) “o capitalismo concebe a democracia como instrumento de acumulação, se for preciso, ele a reduz a irrelevância e, se encontrar outro instrumento mais eficiente, dispensa-a (caso da China)”. É incompatível com nossa premissa ideológica naturalizarmos o caráter amoral do capitalismo, uma vez que ele “não entende o conceito de dignidade humana; a defesa desta é uma luta contra o capitalismo, nunca com o capitalismo” (SANTOS, 2016, p.174).

O golpe foi dado pelas forças sociais retrógradas brasileiras, com o financiamento estrangeiro, vide todas as denúncias de financiamento irregular dos movimentos pró-impeachment, amplamente veiculadas na imprensa, e as relações dos líderes desses movimentos com empresas e fundações estrangeiras, assunto sobre o qual nossa bancada federal já deveria ter feito uma campanha para a instalação de uma CPI sobre esse ataque à soberania nacional. Foi um golpe para evitar esse aprofundamento do modelo de inclusão e diminuição das desigualdades, inclusive retirando recursos do Pré-Sal para Educação e Saúde, atacando a economia nacional responsáveis por geração de emprego e renda como engenharia e exportação e fundamentalmente para reverter a relação construída nos governos do PT com os BRICS e demais países emergentes reunidos no G-20.

Um erro de nosso governo e de nosso partido em parte foi não ter compreendido essa situação de uma direita organizada, que nunca deixou de existir, mas que se organizou com movimentos fundamentalistas (que usaram os governos do PT para crescer), campanhas fascistas na mídia com um caráter racista, homofóbico, misógino, grupos paramilitares e um sistema de informações e contra-informações herdado da ditadura militar. Infelizmente, esse crescimento dos fundamentalistas políticos e/ou religiosos se deu inclusive em parcelas dos mais pobres que ascenderam socialmente durante nossos governos para as denominadas “classes D e C”. Nossos governos não conseguiram politizar essa massa de novos consumidores, em parte pela ausência das reformas progressistas citadas, especialmente a dos meios de comunicação e a política.

5. A contradição do programa de 2014 com o governo em 2015

Embora tenhamos avançado no programa da reeleição da companheira Dilma em 2014, logo após as eleições o caminho trilhado na Economia foi o oposto ao prometido à população, procurando uma conciliação com o grande capital financeiro pela indicação de um representante desse segmento para o Ministério da Fazenda. Esse representante implementou uma política que atacou direitos sociais e anunciou que iria atacar vários outros, aprofundou a recessão para supostamente combater a inflação e restringir os gastos públicos justamente no momento de recessão, quando todos os outros países fazem o inverso, com mais investimento públicos, inclusive com déficits primários, para reativar a economia. Ao contrário da falácia da mídia de que o Estado funciona como nosso orçamento doméstico, de que não podemos gastar mais do que ganhamos, o nosso país poderia sim conviver, pelo menos enquanto durasse a crise internacional, com déficits primários. Usar com parcimônia parte das reservas internacionais também não seria nenhum absurdo para evitar milhões de desempregados e não permitir a brutal concentração de renda que se avizinha em decorrência de poucos meses de decisões desastrosas do governo golpista.

A gestão de Joaquim Levy destruiu em muito a relação com nossa base social histórica, os trabalhadores assalariados, os microempreendedores e pequenos empresários, os servidores

públicos, os sem terra e sem teto, e abriu caminho para a estratégia golpista que até o presente momento tem sido bem sucedida. É importante entretanto registrar que o PT ainda em maio de 2015 fez um contraponto a essa política de retirada de direitos e de caráter recessivo em seu programa de TV, tendo Lula à frente para verbalizar essa compreensão; e em junho de 2015 no Congresso do Partido fizemos uma dura crítica à política econômica do governo Dilma, com entrevistas do presidente Rui Falcão externando essa posição. Mais tarde, em outubro de 2015, a Fundação Perseu Abramo lançou estudos e propostas criticando a política neoliberal do Ministério da Fazenda, recessiva e regressiva em direitos, e propondo um caminho à esquerda para sair da crise.

6. O Plano: desestabilizar e aprofundar a recessão para dar o golpe

A crise econômica então foi criada com esses interesses: desestabilizar o governo Dilma e criar as condições de recessão e desemprego para atacar os direitos trabalhistas e previdenciários. A crise no Capitalismo tem a função de diminuir os direitos dos trabalhadores e fazer a distribuição da riqueza pender para o grande capital, concentrando a produção e as empresas em poucos, em detrimento dos trabalhadores e dos pequenos empreendedores. Ao mesmo tempo, a atual crise brasileira foi fortemente alimentada para criar o caos político e realizar um golpe de nova geração, um golpe parlamentar.

Em 2015 mais da metade da queda do PIB foi resultado da operação Lava Jato, que destruiu ou está destruindo setores empresariais. A destruição do setor da construção civil pesada, da indústria naval e da cadeia de fornecedores da Petrobras foi uma estratégia para diminuir o PIB, aumentar o caos e criar ambiência para a crise política, mas também para preparar o terreno para a privatização da Petrobras, e para a destruição do regime de partilha justamente no momento em que começaríamos a ter grandes somas para investir em Educação e Saúde. Até o desenvolvimento estratégico do submarino nuclear brasileiro foi tornado alvo prioritário da operação Lava Jato, que não tergiversou em usar métodos ilegais, em estabelecer relações de colaboração com governos e judiciários estrangeiros, especialmente dos EUA, para prejudicar empresas nacionais e a defesa nacional, e em promover uma investigação seletiva, acompanhada de vazamentos seletivos visando apenas influir no jogo político de maneira desfavorável ao PT, e sempre protegendo os políticos do PMDB, PSDB, PP e DEM.

1. O que quer a direita?

É importante que se diga claramente que o objetivo principal desses segmentos é a destruição de direitos sociais conquistados pelo pacto social de 1988 e ampliados durante nossos governos, através da destruição do PT e de tudo que se relacionar com esquerda, partidos progressistas, movimentos sociais, intelectuais, ONG ligadas aos direitos humanos. O objetivo dos golpistas é tentar prender Lula, mesmo de forma ilegal e contra tudo o que está na Constituição e no processo civil ou penal. O PSDB já pediu a cassação do registro do PT, e o presidente do TSE, o ministro tucano Gilmar Mendes, já adiantou que ele é favorável a essa cassação. Não temos o direito de ignorar que o jogo está sendo jogado nesse sentido, o PT demorou para perceber isso, acreditando num “republicanismo” que não tinha base real, pois as estruturas do Estado brasileiro têm perfil e interesses de classe.

Gramsci continua atual ao identificar as “casamatas do poder” do capitalismo: o judiciário, os meios de comunicação, as grandes corporações estatais como o Ministério Público, a PF, as forças armadas, as polícias estaduais. Nós temos a obrigação histórica de compreender exatamente essa quadra histórica em que nos encontramos para saber dar uma resposta à altura, que evite a destruição do campo popular, garanta os direitos sociais, os interesses nacionais e a nova política internacional de valorização dos BRICS e demais países emergentes reunidos no G-20.

Uma resposta que devemos dar é a mobilização social, a reorganização dos movimentos sociais pela base, é a formação política de massa dos trabalhadores e da juventude. Todas as medidas do governo golpista devem ser denunciadas e combatidas, especialmente com greves gerais e iniciativas de desobediência civil pacíficas, como têm sido as ocupações das escolas públicas, dos Institutos e Universidades federais, ocupação de latifúndios improdutivos e de prédios públicos. As atividades locais são fundamentais para denunciar e criar estratégias de combate ao golpe e contribuir na reestruturação das esquerdas. É necessário recuperarmos a valorização da mobilização social em âmbito local. O município, ente federado implementador de políticas públicas, possui grande capacidade de fomentar a participação.

2. A questão nacional

Não é possível construir uma sociedade democrática e o Socialismo sem levar em conta a questão nacional, a geopolítica internacional, os interesses conflitantes entre países capitalistas centrais e os países emergentes e BRICS. A defesa da soberania nacional e do patrimônio nacional, das reservas energéticas e minerais nacionais e dos interesses econômicos estratégicos para o desenvolvimento são parte de nossa agenda prioritária. Deve-se dizer claramente: o golpe foi para privatizar a Petrobras e doar as reservas de petróleo para empresas petrolíferas dos EUA e países europeus. Os golpistas almejam e já estão implementando um “realinhamento” com os interesses estrangeiros, especialmente dos EUA.

A conformação dos interesses imperialistas são os acordos comerciais criados pelos Estados Unidos: TPP (Trans-Pacific-Partnership Agreement), TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership) e TISA (Trade in Services Agreement). Esses acordos, pela quantidade de países, cláusulas específicas capazes de garantir ou não alguma soberania estatal na definição de estratégias econômicas particulares poderão, na prática, substituir a Organização Mundial do Comércio (OMC) como espaço de arbitragem de disputas econômicas internacionais.

Esses acordos não se limitam apenas a “questões comerciais”, mas envolvem: “liberalização” (leia-se abertura à competição internacional e à “estrangeirização”), a redução de autonomia (ou “soberania nacional”) em áreas como regulação financeira e de investimentos; em setores de infraestrutura como setor energético, transportes e de serviços, como serviços postais, educação e saúde. Esses acordos acabam com um dos pilares da política petista de estímulo à indústria nacional e criação de empregos no Brasil: o fim da participação doméstica em setores considerados estratégicos, a política de conteúdo local. E se observa que particularmente no TPP (acordo em estágio mais avançado no momento), a própria resolução de disputas econômicas (mesmo entre governo e empresas) será definida para tribunais internacionais, o que apenas respeitará os interesses das superpotências.

Vejam a declaração de Barack Obama em maio de 2016 publicada no Washington Post: “A construção de muros para nos isolarmos da economia global somente nos priva das incríveis possibilidades oferecidas por ela. Ao contrário, a América deve escrever as normas [da economia mundial]. A América deve dar ordens [call the shots]. Outros países devem jogar segundo as regras estabelecidas pela América e nossos parceiros, e não ao contrário. Isso é o que o TPP nos dá o poder de fazer.”

O fortalecimento do Foro de São Paulo e das relações com os partidos hegemônicos nos países dos BRICS e demais emergentes são estratégicos nesse sentido. Um novo internacionalismo torna-se necessário, com uma avaliação e intervenção conjunta quando for possível.

3. A luta contra o golpe

No momento, a campanha do Fora Temer e o lançamento da candidatura de Lula a Presidente. Está dado um “caldo de cultura” contra o golpe, e o PT deve participar dessa luta, não pode ficar em estado de catatonia política nem se dar ao luxo de ficar atônito sem uma avaliação de conjuntura e uma ação política planejada, séria, firme.

A Direita criou sua narrativa que é o combate a corrupção através da criminalização dos governos Lula- Dilma, do próprio Partido e dos movimentos sociais e sindicais; a nossa narrativa deve ser a denúncia que a Lava Jato foi criada apenas para fazer o golpe e agora protege vários políticos do PSDB, DEM, PMDB e o golpista Temer, que agora coloca a pauta de retirada radical de direitos sociais e econômicos e a destruição do Estado. A nossa narrativa passa, também, pela construção de um projeto de economia, Estado e organização social pautado pelo desenvolvimento social,- econômico e o fortalecimento da democracia.

Priorizar as paralisações e construir a greve geral será nosso eixo principal para fortalecer essas bandeiras e criar uma força social que possa derrotar o golpe nas ruas. O processo de mobilização social deve estar na centralidade do embate social. Apenas a mobilização social e o fortalecimento dos movimentos poderá criar uma resistência e uma reversão do quadro de golpe. E essa mobilização é que poderá reverter o desgaste criado pela manipulação jurídico-midiática-policial.

4. A disputa de hegemonia e a reinvenção do PT

A dinâmica eleitoral é importante, mas não devemos tê-la como única ou prioritária na disputa de hegemonia. A busca apenas da vitória eleitoral e as alianças tão somente com a finalidade de conquista ou manutenção de governos pode nos descaracterizar e inviabilizar nossas gestões e nosso projeto estratégico de partido.

Devemos deixar bem claro que o PT tem como objetivo a transformação social, econômica e cultural do Brasil e das relações entre as nações, e não apenas administrar a máquina do Estado. Nosso erro desde 2003 foi apenas ter um “plano econômico” para gerir as políticas econômicas; mas nosso objetivo para disputar hegemonia deveria ser pensar e implementar **um**

novo modelo de Estado, de Sociedade e de Economia. Apenas a luta pela implementação desses modelos novos poderá nos tirar da defensiva.

O PT deve voltar a priorizar os movimentos sociais, a formação política, o debate teórico, e deve evitar a entrada no partido de segmentos estranhos à nossa tradição de esquerda, como aconteceu no passado recente com a entrada de políticos de direita que descaracterizam nosso projeto e depois comprometem o PT, tentando inclusive destruí-lo.

O partido deve ser democratizado, com abertura para a participação e poder de decisão dos filiados e militantes dos movimentos sociais. Ter parlamentares e governos executivos é fundamental e também prioritário, mas as instâncias partidárias devem funcionar sem serem apêndices dos projetos parlamentares e de governos. A atuação institucional é importante e estratégica, mas deve ter o objetivo de transformar as instituições e não se adequar a elas, o que reproduz a tradição brasileira de coronelismo, de hierarquia acentuada no campo político, que estavam esvaziando a participação dentro do PT. Nascemos questionando a tradição de esquerda de partidos fechados e hierárquicos, propugnando um partido de massas e radicalmente democrático, onde todos têm um voto e não há a reprodução do poder econômico nos debates internos.

Devemos reavivar essa tradição, e convidar setores de movimentos sociais a participar com direito à voz e a voto em nossos encontros. Movimentos como o MST, MTST, a CUT, a UNE, a Frente Brasil Popular, o Levante Popular da Juventude devem ser interlocutores prioritários de nosso partido, contribuindo com a crítica e a redefinição de rumos partidários.

5. Propomos:

1. Organização partidária de base, com atividades de formação política e preparação para intervenção nos movimentos sociais;
2. Realizar, em parcerias com as frentes, campanhas massivas e de grande impacto contra as medidas do governo golpista.
3. Definir como orientação partidária o fortalecimento dos movimentos sociais. A CUT, o MST, o MTST, a UNE, a UBES, os movimentos de moradia, movimentos LGBT, movimento negro, movimento de mulheres, movimento pelos direitos das pessoas com deficiências, os movimentos culturais, todos eles devem ser estimulados em sua organização, jornada de lutas, formação política, comunicação, etc.
4. Investir na estratégia de comunicação, articulando movimentos sociais e governos locais aliados no sentido de construir uma mídia contra hegemônica, não somente com canais de rádio comunitária, nas rádios e TVs comerciais e empresas de comunicação que envolvam a internet através de Blogueiros e Ativistas Digitais ligados a legenda. O Partido dos Trabalhadores precisa ver esse movimento com a perspectiva, não de um "Alien", mas a de quem, além dos seus trabalhos diários, estão, todos os dias, na militância virtual defendendo e mostrando a sociedade o quanto o Partido está sendo atacado injustamente nesse processo articulado de desgaste da imagem, da agremiação e de suas lideranças. É necessário que o PT tenha em suas instâncias espaço garantido, onde quem conhece do assunto possa debater e propor política para a área. Por isso, propomos que seja criado o Setorial de Ativismo Digital. Onde os interesses, de quem é a maioria do Movimento nas Redes, possam ser trabalhados com profissionalismo. Propomos, também, a realização de um encontro anual de Blogueiros e Ativistas Digitais Petistas;

5. Precisamos priorizar a cultura, no sentido amplo. Recentemente nossos governos tiveram uma política pública cultural muito forte e consistente, mas precisamos também ter o partido ligado aos movimentos culturais contemporâneos. Música, Teatro, Hip-hop, Dança, festas, poesia, todas as linguagens ligadas a grupos e movimentos devem ser estimuladas pelo PT em parcerias, e o PT deve trazer esses movimentos para seu interior, especialmente os ligados às juventudes diversas (popular, sindical, LGBT, grupos de jovens, rural, Sem Terra, Indígena, quilombola);
6. Priorizar o lançamento de candidaturas próprias em todos os níveis e segmentos durante as eleições;
7. Realizar, nas eleições de 2018, alianças precipuamente com a esquerda (PDT, PC do B e PSOL). A depender da conjuntura local, poderemos fazer outras alianças, desde que não seja com aqueles que votaram ou apoiaram o golpe. A amplitude aliada à coerência nas alianças será fundamental nesse processo.
8. Realizar, nas eleições de 2018, alianças precipuamente com a esquerda. A depender da conjuntura local, poderemos fazer outras alianças, desde que não seja com aqueles que votaram ou apoaram o golpe nacionalmente em 2016. A amplitude aliada a coerencia nas alianças será fundamental neste processo.
9. Devemos defender nosso nome e nossos símbolos. Esconder a estrela e a cor vermelha não garantiu votos em 2016, apenas reforçou uma percepção de que estávamos envergonhados;
10. Defender a prioridade da reforma política, com financiamento público e exclusivo, pois o atual modelo de financiamento individual está aumentando as distorções do sistema político em favor dos milionários. Além disso, votação em lista, fim das coligações proporcionais e garantia de fundo partidário e de tempo de TV apenas para partidos com um mínimo de representatividade nacional no Congresso Nacional. Fim também da doação de tempo de TV entre partidos que se coligam. Essas medidas poderão contribuir para acabar com o comércio de siglas e apoios em eleições, que pulverizam o espectro político, despolitizam as eleições e aumentam a corrupção;
11. Internamente no PT as instâncias (núcleos base, como de categorias profissionais, estudantis, moradia, sindicais e dos vários movimentos e segmentos sociais) devem voltar a ser espaços de debate democrático, aberto e de deliberação, deixando de ser apenas instâncias de homologação do que o detentor de cargo executivo ou legislativo definem. Compreendemos a importância de termos parlamentares, prefeitos, governadores e presidente, mas o partido deve ser um instrumento para a criação de uma nova cultura política, de radicalização da democracia e abertura para o diálogo, sendo contra hegemônico para mudar o pensamento social conservador no Brasil;
12. Campanha de filiação, cadastramento; arrecadação e cobrança de mensalidade, em “folha de pagamento” ou “mesada bancária”, regularização e eliminação dos filiados contrários à política do partido;
13. O PT deve ter uma posição clara e coerente com as premissas ideológicas nos espaços em que atuar respeitando as decisões tomadas coletivamente sobre questões programáticas. Especificamente com relação aos mandatos deve ser mantida profunda coerência com os princípios partidários e as decisões coletivas.
14. O PT deve ficar contra casos de nepotismo, seja no poder executivo, seja nos legislativos, sejam governos da direita ou governos nossos. Devemos ter uma decisão e ação bem firmes nesse sentido;
15. O PT deve ser muito claro nas suas defesas pelos direitos dos trabalhadores e nunca pela diminuição de direitos, sempre defendendo a sua ampliação;
16. Precisamos investir prioritariamente em Formação Política de militantes e líderes, devemos assumir nosso papel dirigente de formação da classe trabalhadora com o objetivo da

transformação social rumo ao Socialismo Democrático, e somente uma organização de uma militância politizada, solidária e cuidadosa conseguiremos isso.

Nesse momento de avaliação e correção de rumos é fundamental fortalecermos as discussões a respeito das estratégias de reconstrução de nosso projeto. Para tal, é fundamental criarmos sinergia entre os segmentos que compõem o PT. Outra proposta premente é reconhecermos o papel das juventudes no Partido através da participação em nossas instâncias de decisão bem como na mobilização social em nossas cidades e estados. É momento de avaliarmos a qualidade dos diálogos e o tipo de construção que temos feito internamente visando a construção de nosso Projeto de Partido, Estado e Sociedade.

A complexidade dos desafios de nosso Partido demanda a utilização eficiente de informações acerca da realidade brasileira. Nosso país possui dimensões continentais, desigualdades sociais graves e um arranjo federativo complexo. Temos um Partido com experiência singular, enraizado historicamente e focado na luta da classe trabalhadora. Avaliar, corrigir rumos e mudar o Brasil requer a um esforço interno de utilização da informação no processo de formação política. Nossa reflexão embasada por estudos, análises, dados (quantitativo e qualitativo), diversos saberes e experiências acumuladas em nossa trajetória é uma das formas de combatermos as tentativas de destruição das esquerdas. Outra ação necessária é criarmos estratégias de comunicação efetiva e eficiente entre as diversas instâncias do Partido; e entre o Partido, a base, os movimentos (sociais e sindicais) e com a sociedade brasileira.

Em linhas gerais, essas são as primeiras contribuições para o 6º Congresso Nacional do PT. Dada a complexidade da conjuntura política e social, poderam ser feitas contribuições complementares.

MovimentoPT
Tribo

Assinaturas

- Ademir Cerri - Vice pres. da CASSEMS e Diretor da FETEMS MATO GROSSO DO SUL
 - Adilson de Castro Reis - Cidade Suzano SÃO PAULO
 - Adriana Gonçalves De Barros - vogal da executiva estadual do PT TOCANTINS
 - Adriana Paula De Lima Silva - PIAUÍ
 - Aloisio Moreno da Silva Junior - Secretário estadual de comunicação membro da Executiva Estadual
- MARANHÃO
- Alvaro Vieira - Professor e militante MATO GROSSO DO SUL
 - Amauri Queiroz Monteiro – Anaurilândia Presidente do dm PT MATO GROSSO DO SUL
 - Antonio Carlos Biffi - Presidente do PT MATO GROSSO DO SUL
 - Antônio Macário - Vice-Presidente do Diretório regional do PT de GOIÁS
 - Antonio Marques de Almeida - JORNALISTA DO PT MATO GROSSO DO SUL
 - Aparecido Teodoro Luiz - Sec de combate ao racismo PT MATO GROSSO DO SUL
 - Ataides de Carvalho - MATO GROSSO DO SUL
 - Carlos Alberto Pereira Marques - Executiva Municipal do PT Belém PARÁ
 - Carlos André da Silva Souto - Membro do DM/Macapá AMAPÁ
 - Carlos Eder Souza Getirana – Aracaju - SERGIPE
 - Catarino Silva - Prefeito de Trombas, membro do diretório estadual do PT de GOIÁS
 - Cheila Vieira Moreira – vereadora de Itaqui AMAZONAS
 - Cicero Custodio da Silva – vereador de Manaus AMAZONAS
 - Cleiton Souza – membro do coletivo de direitos humanos PT/DF DISTRITO FEDERAL
 - Clovis Moreira Saldanha - prefeito de São Gabriel da Cachoeira AMAZONAS
 - Danielson Torres - PT Tauá PARÁ
 - Denilson Silva Andrade – Simão Dias - SERGIPE
 - Denis de Oliveira Sousa - CEARÁ.
 - Dorgival Medeiros de Souza - MATO GROSSO DO SUL
 - Edilene França Costa – juventude PT PIAUÍ
 - Ednaldo Martins Silva Oliveira – Siriri - SERGIPE
 - Eliana da Silva - Membro da Executiva (Vogal) - Líder do movimento Negro MARANHÃO
 - Elinaldo Farias de Assis - Membro da Executiva Municipal de Macapá e Secretário de Finanças
- DM/Macapá AMAPÁ
- Elisângela Jacinta Vieira Reis - Cidade Suzano SÃO PAULO
 - Elizabeth Guimarães - Vice-Presidente do Diretório municipal do PT de Goiânia GOIÁS
 - Elton Marques Martins
 - Elza Aparecida Jorge - Ex-pres. do PT MATO GROSSO DO SUL
 - Ernani das Neves Rodrigues – secretário estadual de finanças do PT AMAZONAS
 - Eumadeus Pereira Ferreira - vereador em São Raimundo Nonato PIAUÍ
 - Evandro Alberto Silva De Aquino - vereador de Santa Isabel do Rio Negro AMAZONAS
 - Flora Isabel – Deputada estadual PT/PI – membro da executiva nacional do PT
 - Francisco Nascimento Chagas Araújo membro diretório estadual CEARÁ.
 - Francisco Nazareno Mendes Da Silva – vereador de Jutai AMAZONAS
 - Francisco Rosquilde Pessoa Araújo – vereador de Itaqui AMAZONAS
 - François De Oliveira Vasconcelos - Campo Grande Professor e ex-presidente da FETEMS MATO GROSSO DO SUL
- GROSSO DO SUL
- Genilson Duarte - Presidente da CUT MATO GROSSO DO SUL
 - Genival De Moura Santos - membro do conselho estadual dos direitos humanos TOCANTINS

- Geraldo Magela – ex-deputado federal. DISTRITO FEDERAL
- Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso Gatos De Freitas (pres. Da agência de desenvolvimento habitação - PIAUÍ
- Ildete Ferreira Cabral - Professora MATO GROSSO DO SUL
- Ivanilson Aires Cantanhede - Secretário de Finanças do Diretório Municipal de Icatu MARANHÃO
- Isabel dos Anjos – Professora – Diretora da Fundação Perseu Abramo – MINAS GERAIS.
- Janaína Biffi - MATO GROSSO DO SUL
- Janaina Collante de Oliveira - MATO GROSSO DO SUL
- Jayana Gonçalves da Silva - Diretório Municipal do PT de Belém PARÁ
- Jecton Samott Melo Nepomuceno vereador de Guajará AMAZONAS
- João Cesário Neto secretário geral PT fortaleza. CEARÁ.
- Jonas Desidoro – diretório estadual CEARÁ.
- José Airton Feliz Cirilo Da Silva dep. Federal CEARÁ.
- José Azarias Freire de Souza - Professor MATO GROSSO DO SUL
- José Carlos Santana de Souza – Aracaju - SERGIPE
- Jose Claudenor De Castro Pontes - prefeito do município de Urucurituba AMAZONAS
- José Jarrison de Jesus – Arauá- SERGIPE
- José Luis Ribeiro de Leon - MATO GROSSO DO SUL
- José Maria Castro membro Diretório Municipal de Fortaleza CEARÁ.
- José Paulo dos Santos Neto – Aracaju- SERGIPE
- José Roberto de Souza Pena - Membro do Diretório Estadual AMAPÁ
- Joseano de Santana Lima - Aracaju- SERGIPE
- Josefa Claudina de Lacerda - salgado- SERGIPE
- Juarez Alves Lima Sobrinho - Presidente do Diretório Municipal de Icatu MARANHÃO
- Laudiceia Rodrigues De Sousa -secretária institucional do PT Palmas TOCANTINS;
- Leandro Bentes - PT Ananindeua PARÁ
- Lenildo Moraes PARAÍBA
- Leotino Pereira Da Silva - militante e candidato a presidente do PT em Palmas TOCANTINS
- Liliane da Silveira Araújo secretaria geral PT CEARÁ.
- Luciana Mandelli – Membro da diretório estadual BAHIA
- Lucivaldo Alves dos Santos - MATO GROSSO DO SUL
- Ludemar Solis Nazareth Azambuja –Presidente do SIMTED – sind. Mun. Trab. Em educação MATO GROSSO DO SUL
- Luis Carlos Rodrigues De Moura- vereador de Iranduba AMAZONAS
- Luis Cesar Bueno - Deputado Estadual, Presidente do PT de Goiânia e membro do diretório nacional do PT - GOIÁS
- Luiz De Souza Borges Neto - membro do diretório estadual do PT AMAZONAS
- Márcio Batalha Jardim- Membro do Diretório Estadual - MARANHÃO
- Marcos Roberto Marques da Silva - Membro da Executiva Estadual e Vice-Presidente do PT AMAPÁ
- Maria Dizioneide Cunha Barroncas - membro do diretório estadual do PT AMAZONAS
- Maria do Ceu Vieira Santos – Aracaju- SERGIPE
- Maria Eunice Andrade Santos – Maruim- SERGIPE
- Maria Helena da Cruz - Sindicato do Professores Municipal de Timon MARANHÃO
- Maria Raimunda dos Santos Nascimento - Membro do Diretório Estadual AMAPÁ
- Maria Suely Alexandre de Lira Lopes –Vereadora de Autazes AMAZONAS
- Maristela Alencar - membro do diretório municipal do PT de Goiânia GOIÁS
- Maristela Batista - Secretária Estadual de assuntos institucionais do Diretório Regional de GOIÁS
- Mary Jane Pantoja Pereira - secretaria de organização estadual do PT AMAZONAS
- Mayra Caroline De Oliveira Feitosa Noletto - sec. Institucional do PT PIAUÍ

- Miguel Carlos - Membro do Diretório Municipal do PT de Goiânia GOIÁS
- Miguel Tiago - Coordenador do Movimento PT- GOIÁS
- Miriam Lieko Umada Monteiro- MATO GROSSO DO SUL
- Mirian Menezes - Ex-presidente da CUT MATO GROSSO DO SUL
- Moises de Menezes Santana – Aracaju- SERGIPE
- Müller Ruano Soares da Silva - Secretário de Juventude DM/Macapá AMAPÁ
- Nailton de Paula Mesquita - sec de assuntos institucionais - CEARÁ.
- Normélia Serrão Mendonça – vice-prefeita de Urucará AMAZONAS
- Osedir Pereira Da Silva - vice-presidente do PT de Palmas TOCANTINS
- Patricia Amália Castro Araújo - sec. De mulheres PT PIAUÍ
- Paulo Alves - Vereador do PT de Iporá, Membro do Diretório Estadual do PT GOIÁS
- Paulo Santos - Executiva Municipal do PT Ananindeua PARÁ
- Pedro Sousa - PT Tauá PARÁ
- Penildon Silva Filho – Pró-reitor de graduação da UFBA BAHIA
- Rafael Almeida - Séc. De Formação Política de Timom – MARANHÃO
- Raiane Pimentel – Membro do diretório nacional do PT - AMAZONAS
- Raoni Raiol Torres - Membro do diretório municipal de Ananindeua- PARÁ
- Raquel Leão - secretária de finanças do PT de Goiânia GOIÁS
- Roberto Magno Botarelli Cesar
- Robson de Bastos – vice-presidente estadual do PT AMAZONAS
- Romenio Pereira – Secretário Geral Nacional
- Roméria Souza Gomes - Membro da Executiva Estadual e Secretária de Organização do PT AMAPÁ
- Sandro Borges Alves - PIAUÍ
- Saulo Dias – Secretário Adjunto da JPT nacional DISTRITO FEDERAL
- Selma Borges Alves - PIAUÍ
- Senivaldo Ramos - Secretário de Finanças do Diretório regional de GOIÁS
- Silvio Santos – Aracaju - SERGIPE
- Sinesio da Silva Campos – Deputado Estadual PT AMAZONAS
- Sinivon Macedo Da Rocha - vereador do Maués AMAZONAS
- Sivaldo Gomes Ferreira – Nossa Senhora do Socorro- SERGIPE
- Sueli Veiga Melo - Vice-presidente da FETEMS MATO GROSSO DO SUL
- Suely Furtado - PT Belém PARÁ
- Tereza Vaz – Itaporã Presidente do PT municipal MATO GROSSO DO SUL
- Terezinha Marques da Silva - Membro do DM/Macapá AMAPÁ
- Ubiracy Rodrigues Soares - Diretório Estadual do PT PARÁ
- Valber Cruz - Membro da Executiva Municipal Movimento Populares MARANHÃO
- Vicente de Paulo Pinto Da Costa. Suplente vereador CEARÁ.
- Vitor Sampaio Kozlowski Ferreira - setorial LGBT PT PIAUÍ
- Yara Cristine Vaz - MATO GROSSO DO SUL